



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

**FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO
CNPJ 45.395.704/0001-49**

Ata nº 001 – Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo – 26/01/2022

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, em reunião agendada, via online, pela plataforma Zoom, conforme convocatória com pauta enviada aos Conselheiros que tratou dos seguintes itens: 1) Aprovação das Atas nºs 007, de 10/11/2021 e 008, de 1º/12/2021. 2) Aprovação do calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Deliberativo para o exercício de 2022. 3) Discussão acerca de Gestão Administrativa de Projetos e da Instituição. 4) Projetos LIF. Após a verificação de quórum, o Presidente do Conselho Deliberativo cumprimentou e agradeceu pelas presenças dos Senhores Conselheiros, desejando um feliz 2022 com muita esperança, principalmente neste momento pandêmico que ainda continua, mas desejou que todos possam superar, ressaltando que o território da arte e da cultura é um lugar de esperança e determinação. Prosseguindo, o Presidente fez a leitura da pauta, dizendo existirem quatro pautas para deliberação e se todos tinham recebido o material, seguida de colocação para aprovação a Ata nº 007, de 10/11/2021, no qual indagou se todos estavam de acordo para aprovação ou se alguém era contra a aprovação ou ainda se alguém se abstinha de votar, como não houve manifestação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, colocou a ata nº 008, de 1º de dezembro de 2021, ata esta que não atingiu quórum mínimo necessário para deliberação, indagando se todos estavam de acordo com a aprovação ou se alguém era contra ou ainda se abstinha de votar, ocasião em que a Conselheira Aline Souza, cumprimentando o Presidente e demais Conselheiros disse que só tinha visto o material no dia da reunião e que ainda em período de trabalho, ficou apertado para ler as atas e reforçou pedido para que o material seja encaminhado com um pouco mais de tempo para que faça avaliação e ressaltou uma questão que havia levantado, ou seja, que nas Atas na qual não haja quórum mínimo, seja citado o nome dos Conselheiros presentes e que isto não se apresentava na Ata nº 008, de 1º de dezembro, Ata de ausência de quórum, e reforçou o pedido para que fosse possível ainda na Ata nº 008 e nas demais com ausência de quórum. O Presidente e a Secretária do Conselho entenderam o pedido da Conselheira, dizendo não haver problema e que na Ata nº 008 já seriam colocados os nomes dos presentes, conforme solicitado pela Conselheira Aline. Sanada essa divergência e prosseguindo, o Presidente colocou para aprovação as Atas citadas, indagando se todos estavam de acordo com a aprovação, se alguém era contra ou se alguém se abstinha de votar, ocasião em que as Atas foram aprovadas, com a ressalva de colocação dos nomes dos presentes na Ata nº 008, de 1º/12/2021. Prosseguindo com o



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

segundo item de pauta, o Presidente fez exhibir, em multimídia, o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Deliberativo para o exercício de 2022, indagando se todos tinham recebido e se alguém tinha alguma observação a fazer ou se poderia ser colocado para aprovação, lembrando que as reuniões ocorrem sempre nas últimas quartas-feiras do mês, com exceção no mês de dezembro. O Conselheiro Sebastião se manifestou dizendo que nas últimas quartas-feiras, não todas elas, mas algumas delas, ele teria compromisso e quis se explicar antecipadamente, frisando que pode ser que vez ou outra, coincidam as reuniões. O Presidente agradeceu pela colocação do Conselheiro e pediu para a Secretária que visse o assunto, frisando que é importante a participação de todos os Conselheiros, seguida de indagação aos demais Conselheiros, no caso de as reuniões fossem realizadas às quintas-feiras, mas abriu a palavra aos demais Conselheiros. A Secretária disse que às quartas-feiras em que o Conselheiro Sebastião precisar faltar, ele tem Suplente e este poderá ser acionado, em virtude da ausência do Sr. Sebastião, lembrando que todos os Conselheiros Titulares e Suplentes são convocados para as reuniões, lembrando ainda que o Conselheiro Titular justifique a sua ausência por e-mail ou WhatsApp. A Conselheira Sila pediu a palavra e disse que as reuniões já eram às quartas-feiras e que mudou uma aula de quarta-feira para quinta-feira e que quinta-feira ficaria prejudicado para ela. A Conselheira Maria Eduarda (Duda), também se manifestou dizendo que às quintas-feiras também não seria possível para ela, pois já se prontificou para as quartas-feiras. Diante das situações colocadas e a fala da Secretária, bem como a colocação do Conselheiro Sebastião de que são compromissos eventuais, seriam mantidas as datas nas últimas quartas-feiras do mês, ocasião em que colocou para aprovação, indagando se todos concordavam com o calendário apresentado, se alguém era contra ou ainda se alguém se abstinha de votar, não houve manifestação contrária e o calendário foi aprovado. Prosseguindo, o Presidente deu início ao terceiro item da pauta, ou seja, discussão acerca da Gestão Administrativa de Projetos e da Instituição, dizendo que seria o início essa discussão, porque ela já é de muito tempo, de muitas gestões que permeiam a Instituição e nunca foram encontrados caminhos viáveis, sempre tem muitas questões jurídicas de entendimento envolvidas ou de Ministério Público ou de Tribunal de Contas, ou seja há uma complexidade no que se refere a esse tema que se estuda os possíveis caminhos, mas que é uma discussão longa e que demanda muito entendimento, muita documentação e não é do dia para a noite que se soluciona questões como esta, frisando que a proposta de início dessa discussão era ele (Presidente) e a Dra. Camila, Assessora Jurídica, que estava presente na reunião e também presente o Dr. Wagner, Chefe de Gabinete, que também detinha conhecimento jurídico acerca das questões pertinentes à Instituição, da parte administrativa e jurídico, e assim, passou a palavra à Dra. Camila para que pudesse apresentar um cenário sobre esse aspecto. Com a palavra e cumprimentando os Conselheiros, a Dra. Camila explicou que o Ministério Público teve um entendimento de que a Fundação Cultural não poderia fazer concurso público para contratação via regime



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

celetista. O entendimento do Ministério Público implica em transformar os empregados da Fundação Cultural de celetistas para estatutários. Essa mudança implicaria em alterar a natureza jurídica da Fundação Cultural, de direito privado para pública. Tal mudança não é simples, pois, a lei não permite a transformação de empregados públicos celetistas em servidores estatutários. Assim criou-se um impasse em relação à recomendação do Ministério Público. Por outro lado, o Tribunal de Contas do Estado entende que a Fundação Cultural não precisa alterar a sua natureza jurídica, pois, é uma fundação típica, podendo fazer concurso normalmente. O impasse jurídico existente, com a posição do Tribunal de Contas ficou ainda maior. Prosseguindo, Dra. Camila informou que no momento é impossível manter um diálogo com o Ministério Público devido à pandemia e que somente seria produtiva tal conversa pessoalmente. Infelizmente, nenhum dos órgãos dará um caminho a seguir à Fundação Cultural, pois não aceitam a dar consultas, ressaltando que o Tribunal de Contas do estado vai mais além, não aceita a dar consulta sobre fato real. Prosseguindo, o Presidente agradeceu à Dra. Camila pelas colocações que ajudam a clarear um pouco mais sobre as questões estatutárias que são temas delicados e importantes e que demandam mais tempo. Continuando, o Presidente abriu a palavra para os demais Conselheiros que quisessem se manifestar. A Conselheira Aline quis confirmar se havia entendido direito o que a Dra. Camila falou, ou seja, “o processo, então, hoje, não tem nenhuma ação em andamento porque, de acordo com a análise da FCCR o passo importante seria uma reunião e que esta só poderia ser presencial por causa da pandemia, é isso? A Dra. Camila disse precisar de uma reunião, porque se fizer uma petição, que é um processo, e entrar no Ministério Público, dizendo entender diferente e indagando a mudança, eles responderão que não é um órgão consultivo, ocasião em que a Conselheira Aline perguntou se essa reunião não poderia ser online? E a Dra. Camila disse que poderia ser online, mas que não acharia ideal porque a hora que você está ali com o promotor você tem uma série de questões que você retoma e eles não estão fazendo atendimento, apenas o atendimento de balcão e atendimento de advogado para processo e que esse não é o caso da FCCR. A Conselheira Aline perguntou sobre as ações que já foram feitas anteriormente, dizendo que era do seu conhecimento uma consultoria que foi feita justamente analisando não só quais seriam esses procedimentos jurídicos, que não conseguiria entrar em detalhes, mas até análise financeira de impactos que isso teria no próprio orçamento do município e tudo mais, ressaltando que era do seu conhecimento que essa consulta foi finalizada e entregue para que a próxima gestão tomasse providências a partir do que foi apontado e indagou se a FCCR tinha alguma informação sobre isso. Prosseguindo, Dra. Camila disse que a consultoria feita foi entregue aos Procuradores da Prefeitura “pediu ajuda ao Dr. Wagner para elucidar melhor o caso” e disse ainda que nessa análise, os Procuradores disseram que não dava para fazer do jeito que a Consultoria disse que daria. A Conselheira Aline indagou se já houve uma conversa com o Ministério Público, anteriormente. Prosseguindo e com a palavra, o Dr. Wagner,



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

Chefe de Gabinete, disse que os Procuradores da Prefeitura não aceitam a sugestão que foi dada, ou seja, não se pode, por lei, transformar os empregados públicos em estatutários, frisando ser essa a rejeição dos Procuradores da Prefeitura que são independentes em relação aos seus pareceres, eles não seguem orientação de ninguém, dizendo que é errado e assim sendo, o trabalho que, ora, foi feito, parou. A Conselheira Aline perguntou qual a orientação alternativa que eles deram, ocasião em que o Dr. Wagner disse que não houve orientação alternativa, mas que a transmutação é impossível, ressaltando que a administração de 2016 e o Jurídico tiveram conhecimento do fato, ainda no final de 2016. Continuando, a Conselheira Aline disse entender, agradeceu e disse que isso criava uma ansiedade muito grande na população, frisando que quem acompanha a instituição quer ver o melhor funcionamento e aproveitou o momento para falar de uma possibilidade para reavivar uma demanda que já havia trazido desde o início da sua participação que era a criação de um grupo de trabalho que pudesse acompanhar e talvez até apoiar as deliberações, as conversas e até para facilitar o processo de comunicação com a própria sociedade porque é um trabalho duplo que a FCCR tem, hoje, devido à impossibilidade de poder ter mais funcionários no quadro da Fundação Cultural, então, seria para resolver, deliberar, pesquisar, encontrar soluções e tornar público. A Conselheira, disse ainda sentir muito das dificuldades de relacionamento entre a gestão e a população e que isso reside na dificuldade de conseguir enxergar isso tudo por detrás das cortinas que falando da burocracia cultural e de até se empatizar com tudo que está sendo feito, frisando que não é que não saibam que está sendo feito, o fato é que muitas vezes, só não está tendo acesso. Dessa forma, ressaltou a criação do grupo que pudesse assessorar em situações específicas, dizendo ainda que apenas o núcleo da LIF – Lei de Incentivos Fiscais foi ativado, em razão das urgências dos projetos, mas que talvez os Conselheiros pudessem apoiar essas análises e acompanhar esse processo de perto como sociedade, dizendo que se inscreveu para um núcleo que acreditava que faria sentido dentro do campo de questões que é de acompanhamento das ações da gerência, da administração, ressaltando deixar essa sugestão para a Diretoria. A Assessora Jurídica, Dra. Camila pediu a palavra para dizer que a criação de grupo para análise é uma questão delicada porque é uma análise jurídica e delicada, ressaltando que os Conselheiros que quisessem falar com ela, a mesma estaria à disposição para esclarecimentos, dizendo ainda que é uma análise que vem sendo feita há anos e que vem tentando adequar à lei, procurando coisas no Judiciário, no STF e que a questão de criação de grupo é muito complicada. A Conselheira Aline disse entender, mas que não era o que sentia na prática porque a primeira vez em que questionou sobre o assunto, foi no início da gestão e a resposta que teve foi de que isso seria avaliado e seria apresentado e que só agora está sendo falado sobre e que assim não sentia a comunicação tão aberta. A Assessora Jurídica disse que parece fácil falar assim “mês que vem dou uma resposta”, porém não tem resposta para dar porque o Tribunal de Contas levou dez meses para dar uma resposta,



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

frisando que não é a FCCR que não quer dar resposta e sim a dependência de outro órgão e não se pode dar uma resposta sem base. A Conselheira Aline disse “justo, isso é uma resposta”, ocasião em que a Assessora Jurídica disse que não deu outra resposta porque não tinha e a Conselheira Aline disse que essa era uma resposta e que ela não sabia, por isso é que não estava entendendo, mas que a resposta da Dra. Camila é clara, frisando entender que é uma grande barreira do conhecimento técnico e que não é algo que a administração consiga resolver, mas que precisa encontrar os meios de democratizar da melhor forma possível. A Conselheira Aline disse discordar de que algumas situações devem ser deliberadas apenas por quem tem conhecimento técnico, justamente pela forma de Constituição da Instituição, disse não estar discordando do pensamento da Dra. Camila, no sentido da complexidade, mas que estava apenas problematizando para que encontre mecanismos, então se é isso que está em espera, que está em andamento, que possamos ter essa informação, até porque a pressão pública é algo que pode ser acionada, não só para pressionar a Instituição, mas para pressionar outros órgãos públicos. Se a gente precisou de dez meses para receber uma resposta do Ministério Público, disse acreditar que a sociedade poderia contribuir nesse sentido porque não é um problema da cidade que precisa da sua Instituição funcionando bem e não consegue, principalmente em momentos tão extremos pelo qual se passa, então não é um discordar, mas é uma proposta que a gente pense um pouco fora da estrutura. Disse estar tendo aula com o professor Denis, que já foi professor do Washington também, um grande pesquisador, enfim, podemos até não pensar sozinho, e também não resolver sozinho, mas temos que estar sempre por perto. Disse estar em um trabalho de pesquisa e gostaria de poder entender mais da sua própria cidade, dizendo ser conselheira e não entender a gestão, o que está acontecendo na própria cidade dela, disse não achar que isso é um problema dela como cidadã e não é um problema de que a questão jurídica é complexa, e sim uma questão que juntos precisa ser resolvido, como tornar mais acessível as informações? Talvez sejam pequenos boletins, talvez não precisemos pensar tão complexo ou tão dramático narrativamente, mas pequenos boletins que possam nos informar sobre essas questões que são tão importantes. O presidente agradeceu à Conselheira Aline e passou a palavra ao Conselheiro Sebastião que disse querer dosar as palavras da Dra. Camila e entendia também a posição da colega Aline no sentido de ter mais informações das ocorrências, dos andamentos, porém esse ano que passou, explicando para a Conselheira Aline, que ele é advogado e por isso estava falando, que foi um ano conturbado, devido à pandemia, em que um dia as Instituições estavam abertas, no dia seguinte, fechadas, hoje, já mais normalizada e que só para enfatizar no TRT15 nem advogado mais pode ser atendido dentro dos polos, frisando que dessa forma pode-se perceber o que a Dra. Camila falou, referente à pesquisa ao Tribunal de Contas, disse que às vezes quer falar com alguém e não consegue, mas que entendia a colocação da Conselheira Aline. O Conselheiro Sebastião colocou-se à disposição para ajudar no que for preciso na área



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

jurídica, dizendo falar para enfatizar as duas, tanto Dra. Camila como a Conselheira Aline, dizendo ainda achar que apartadamente pode-se trabalhar tentando crescer tudo isso. O Presidente agradeceu ao Conselheiro Sebastião e em seguida passou a palavra à Conselheira Eloá que também se colocou à disposição e perguntou à Conselheira Aline se teria alguma coisa que pudesse fazer para contribuir e se a Conselheira Aline tinha alguma ideia prática para ser feita, para trabalhar e agilizar as coisas. A Conselheira Eloá disse ser uma mulher prática, objetiva, assertiva e que ficava angustiada com essas dúvidas, dizendo que às vezes até se sentia mal e que sentia que estava sendo julgada, disse não saber se era impressão, mas que se sentia desconfortável e perguntou o que ela poderia fazer para ajudar, para melhorar, dizendo achar que tudo está sendo feito errado e pediu que a Conselheira Aline a ajude, no sentido de dizer o que é necessário fazer. Prosseguindo, o Presidente agradeceu ao Conselheiro Sebastião e às Conselheiras Aline e Eloá. A Conselheira Aline disse ter ficado em dúvida e quis saber se a Conselheira Eloá tinha se dirigido a ela ou à Dra. Camila, ocasião em que a Conselheira Eloá disse que foi para a Conselheira Aline, ressaltando que acha que a Conselheira Aline tem ideias boas, práticas desse lado que “nós”, os Conselheiros estão trabalhando e que, obviamente, a Dra. Camila tem expertise técnica que “eu Eloá não tenho nenhuma”, dizendo ter só a sua cabeça, porque precisa trabalhar para democratizar a cultura, para usar a cultura como educação na cidade e que queria poder fazer mais, mas que não sabia como, frisando não ter expertise. A Conselheira Eloá disse ainda achar que a Conselheira Aline é uma pessoa tão culta, tão esclarecida e que, de repente, poderia falar assim: Olha Eloá, faz tal coisa, vamos fazer assim, assado, para melhorar, ocasião em que a Conselheira Eloá disse fazer isso, dentro de sua insignificância, porque era apenas representante da comunidade e não tinha expertise em nada, mas queria ajudar e sempre ficava com a impressão de que não estava ajudando em nada, mas que queria ajudar. A Conselheira Aline disse, na íntegra: “Eloá, eu vou fazer uma resposta que eu não encontro outra, eu só encontro uma resposta assertiva nesse momento porque eu compartilho da sua angústia, quando eu coloco aqui uma série de questionamentos de forma alguma é porque eu tenho certeza do que deve ser feito ou como deve ser feito, na verdade eu coloco porque sinto essa de pressão de se estamos fazendo certo ou não, eu também sinto e quando eu saio da reunião, eu não só deito no meu travesseiro, eu presto contas do que eu tentei fazer, então eu compartilho com você dessa dificuldade que acho que a gente está fazendo o exercício juntas e juntos e para mim, você me ajuda muito, a sua presença feminina aqui como sempre é uma fala respeitosa, acolhedora e de bom senso, me dá muita força de continuar aqui Eloá, então, talvez a gente possa se comunicar por e-mail pra gente transformar um pouco desses desejos, intensidades em algumas ações práticas com certeza, eu te agradeço pela provocação afetiva”. A Conselheira Eloá agradeceu”. O Presidente agradeceu às Conselheiras Aline e Eloá e disse, na íntegra: “ Eu acho que é



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

isso, esse processo do Conselho é também um processo de cidadania, onde a gente vai se identificando, vai conversando sobre como construir melhor uma política pública para a área da cultura, eu acho que essas falas todas que foram colocadas aqui demonstram a importância deste conselho e a existência desse conselho, então Aline, Eloá, também me coloco à disposição para a gente encontrar caminhos para desenvolver da melhor forma as políticas públicas de São José dos Campos, eu acredito que o Conselho vem desenvolvendo isso, claro que a gente pode avançar mais, devemos avançar cada vez mais, mas todas essas questões que temos discutido aqui é o caminho, então acho que foi mais um passo dentro desse processo de democratização das discussões acerca da Instituição, do próprio Conselho e da política pública daqui de São José dos Campos, então estou à disposição também Aline, Eloá”. Prosseguindo, a Conselheira Silas disse que queria saber qual era, exatamente, o papel do Conselheiro, mas que o Presidente tinha acabado de explicar, segue, na íntegra, fala da Conselheira Silas “ então não sei, durante essa semana não conseguimos, não temos tempo de ler um documento que vocês mandam para que seja deliberado durante a reunião eu acho que vai ser muito difícil a pessoa ter tempo de fazer qualquer outra coisa. Se não temos tempo de participar de uma reunião, ficar pensando em fazer grupos eu acho que isso aí é um pouquinho... principalmente nesse grupo que nós estamos fazendo parte é um tópico, se a pessoa não tem tempo para participar de uma reunião uma vez por mês, para fazer grupo eu acho que vai ser mais difícil ainda, então essa é a minha posição e eu não sei como seria feito isso”. O Presidente agradeceu à Conselheira Silas, dizendo que são dedicações que os Conselheiros têm para com o Conselho, alguns um pouco mais, outros menos, mas que é um processo de construção. “Eu, Secretária do Conselho, pedi a palavra para registrar que sobre o processo de transmutação dos funcionários da FCCR e mudança jurídica, é sim muito complicado, expliquei que foram feitas várias reuniões da Assessoria contratada pela FCCR com os funcionários e órgãos envolvidos, porém não se concretizou por motivos vários citados no processo. Registra-se que tenho uma sobrinha que trabalha na Câmara Municipal de Caçapava, pelo regime celetista, pois naquele órgão há funcionários estatutários e celetistas. Em um determinado tempo, os celetistas foram transmutados para o regime estatutário, o que os deixou felizes, porém com o passar de mais ou menos um ano meio a dois anos, o Ministério Público fê-los voltar ao regime do concurso público, ou seja, o celetista e ainda devolvendo dinheiro, inclusive os centavos. O trabalho na FCCR foi feito na gestão do Presidente Alcemir Palma, isso gerou uma ansiedade entre nós, os funcionários, claro, ficamos felizes com a possibilidade da mudança, porém quando a minha sobrinha contou o que houve no tocante à transmutação dos empregados, eu, perdi a esperança



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

e contei para os demais funcionários. Em suma, a ideia de montar grupo para estudar, especificamente, essa matéria, não prospera, é uma perda de tempo, ressaltando que se um de nós quiser ser estatutário, deverá submeter-se a concurso público”. O Presidente agradeceu e continuando disse que conforme colocado no início, é um território extremamente delicado que exige análises, diálogos com todos os poderes de entendimento de como se pode avançar, frisando que as discussões, ora apresentadas, enriquecem muito, principalmente para a defesa da Dra. Camila e Dr. Wagner para as possibilidades que possam vir a caminhar e que faria uma análise junto ao corpo da Instituição para ver como pode avançar e que há Conselheiro que se colocou à disposição para ajudar e analisar a melhor maneira de avançar, embora difícil, mas exige discussão, ressaltando não saber se conseguirá resolver, mas que precisa buscar soluções e esses é um dos caminhos da gestão, frisando que não pode deixar de atuar na atividade fim que é com as atividades culturais, desenvolvendo os programas e levando ao público. Continuando, o Presidente passou a palavra ao Sr. Antonio – Sec-LIF para falar sobre os projetos da LIF, ocasião em que o Sr. Antonio disse ter tido uma demanda para resolução de duas questões sobre os projetos e que foi feito um levantamento do material a ser apresentado e foi verificada a necessidade de um pouco mais de tempo para poder apresentar, com responsabilidade, essas duas questões ao Conselho Deliberativo e que naquele momento, infelizmente, não seriam apresentados os resultados os dois resultados, dizendo que talvez fosse chamada uma reunião extraordinária ou que se tudo caminhasse bem, até o final do mês de fevereiro, ainda seria sem prejuízo para o projeto, ocasião em que o Presidente indagou ao Sr. Antonio se ele propunha a retirada da pauta e o Sr. Antonio disse que sim. Continuando, o Presidente disse que esse tempo seria bom até para que os Conselheiros pudessem analisar melhor a documentação, assim como a Secretaria da LIF elaborar. O Presidente perguntou se seria encaminhado mais algum material para os Conselheiros, e o Sr. Antonio disse que sim, e que o material foi colocado de uma forma mais simplificada, porém houve uma divergência do Conselho Fiscal, situação essa que será revista e os projetos deverão passar pelo Conselho Deliberativo tão logo seja possível. Prosseguindo, disse ter sido uma reunião produtiva e agradeceu a todos. O Conselheiro Sebastião, com a palavra, pediu que quando fossem encaminhados os documentos que o Sr. Antonio mencionou, que fossem encaminhados por inteiro, ou seja, todos juntos, inclusive os quais já foram, pelo fato de perda de e-mails, frisando ficar mais fácil para fazer análise quando recebe um bloco inteiro, ocasião em que o Presidente pediu que os Conselheiros desconsiderassem os anexos já encaminhados, tendo em vista que seria encaminhado outro e-mail com a documentação completa. Continuando, o Presidente



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

falou sobre o importante edital que tinha finalizado e que já estava previsto na programação, um deles é o programa Voucher Música e o outro programa Música ao Pôr do Sol, dizendo que são dois importantes programas que estão com editais abertos e pediu aos Conselheiros que conheçam músicos ou estabelecimentos, como bares e restaurantes que divulgassem os editais de concurso artístico com seleção de músicos solos, duos, trios ou mais que farão uma itinerância pela cidade, no deck do banhado, entre outros espaços. Para o Voucher Música, há uma meta de até duzentos estabelecimentos, como bares e restaurantes que se cadastrarem no edital de parceria, os quais receberão os músicos tanto no período do almoço como no período do jantar e no período noturno, até às vinte e duas horas, ocasião em que a Dra. Camila disse ter colocado o link na caixa do chat, tanto o “Música ao Pôr do Sol quanto o Voucher Música”. Continuando, o Sr. Antonio fez lembrar que estavam abertos, até o mês de março, quatro editais do FMC – Fundo Municipal de Cultura e pediu também a divulgação. Prosseguindo, a Conselheira Aline pediu a palavra e disse que devido à retirada do item três da pauta que falaria da gestão administrativa. “Registra-se que o item retirado da pauta foi o item 4 Projetos LIF” quis colocar, novamente, alguns pontos que disse achar que caminham paralelos, porém diferentes à discussão havida sobre a gestão administrativa da Instituição “grifo referir-se ao item três”. Continuando, a Conselheira Aline fez lembrar ao Plano Municipal de Cultura, quis saber se havia notícia da implantação, frisando ser um mecanismo muito importante para completar o processo do Sistema Nacional de Cultura e disse que gostaria que houvesse mais tempo para conversar, detalhadamente, sobre as questões, mas que a função dela era perguntar e assim sendo, não poderia deixar de perguntar. Continuando, perguntou se tinha planos para a realização da Conferência Municipal de Cultura, e disse, também, ter visto e agradeceu pela composição do Conselho Deliberativo o qual, agora, descreve qual é o segmento que o Conselheiro representa, dizendo que percebeu que há um número muito baixo de representantes, ressaltando que a maioria das posições não tem suplência e que quando se questiona a questão do quórum, disse perceber que uma possível solução fosse completar essas vagas e quis saber se poderia indicar pessoas ou como era feito o processo, dizendo que em muito chama atenção dela é que as últimas vagas, no documento, são pessoas que frequentam as atividades da Fundação Cultural, notou também a saída do Poder Legislativo, por ser um órgão fiscalizador, disse entender que faz sentido, mas que há vagas importantes e não sabia se foram divulgadas, pois não tinha esse conhecimento, dizendo registrar essas poucas questões, ressaltando que gostaria de colocar mais questões, mas que em respeito aos colegas, finalizaria as suas perguntas. Prosseguindo, o Presidente disse que são várias questões e



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

complexas e que demandaria uma elaboração e/ou discussão mais adequada, frisando que estava com essas pautas, mas que havia interesse em desenvolver a questão do Plano Municipal de Cultura, dizendo que precisa analisá-lo porque foi construído há seis anos, ressaltando achar que na própria Conferência seria o lugar para essa discussão sobre o plano, porém não tinha perspectiva de ser já e que deve ser construído no decorrer da gestão. Continuando, o Presidente disse que em relação ao Conselho foram feitas reuniões, com prazo estipulado, para que as Instituições se candidatassem, mas que a equipe está verificando a possibilidade da inserção de novos membros para completar a composição do Conselho. Prosseguindo, a Conselheira Maria Eduarda, Duda, perguntou se poderia fazer parte dos editais, ocasião em que foi dito que os Conselheiros não podem participar em nenhum dos editais. Finalizando a reunião, o Presidente agradeceu a presença de todos, dizendo que estava aberto para discussão e quem tivesse mais interesse em discutir sobre as questões da Instituição seriam bem-vindos, desejou boa noite a todos, boa semana, que se cuidassem, por ainda estar em pandemia, e que em breve e se tudo der certo, seria de forma presencial. Em tempo, a Conselheira Eloá perguntou se esse ano haveria carnaval de rua, na Av. Anchieta, o Presidente disse que a princípio não haveria e que o tema carnaval envolvia outros Departamentos, mas que até aquele momento, não haveria carnaval. Assim sendo e nada mais a registrar, eu, Julia de Castro Silva Ivo, lavrei a presente.

Washington Benigno de Freitas
Presidente do Conselho Deliberativo

Julia de Castro Silva Ivo
Secretária do Conselho Deliberativo